



## **O PROGRAMA DE TUTORIA ESPECIAL DA UEPB: UM TIPO DE AEE NO ENSINO SUPERIOR**

Maria Noalda Ramalho

*Universidade Estadual da Paraíba – [noaldaramalho@hotmail.com](mailto:noaldaramalho@hotmail.com)*

**Resumo:** O trabalho em tela apresenta parte de nosso estudo de doutorado sobre a avaliação do Programa de Tutoria Especial da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) acerca das suas contribuições para a permanência e o bom desempenho acadêmico dos seus estudantes com deficiência. A pesquisa, concluída no ano de 2012, foi realizada nos cursos de Pedagogia, História, Filosofia, Comunicação Social, Serviço Social, Direito e Física, contando como sujeitos: estudantes com deficiência, seus respectivos tutores especiais, professores e a coordenadora do referido Programa. Na coleta de dados utilizamos como técnicas: análise documental, questionários, entrevistas e registro de observações. Na análise dos dados, dentre as constatações obtidas, levantamos a tese de que o Programa de Tutoria da UEPB é um tipo de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no ensino superior, com características e adaptações peculiares, ocorrendo de maneira diferenciada do AEE criado pelo Ministério da Educação, Cultura e Desporto (MEC) para a educação básica. Assim, esta experiência da UEPB, sendo pioneira dentre as universidades brasileiras, poderá servir como uma proposta a ser socializada com outras universidades do país, uma vez que o MEC ainda não dispõe de uma política de AEE para o ensino superior.

**Palavras- Chaves:** Programa de Tutoria Especial, Atendimento Educacional Especializado, Estudantes com Deficiência, Ensino Superior.

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente artigo socializa a tese que levantamos a partir da nossa pesquisa de doutorado, realizada através do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)<sup>1</sup>, sobre a avaliação do Programa de Tutoria Especial da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

O Programa de Tutoria Especial teve sua gênese a partir de uma experiência criada no ano de 2001 pelo Departamento de Serviço Social da UEPB. No ano de 2004, esta experiência foi aprovada pela assembleia deste Departamento como um Projeto de Extensão: “O Serviço Social em busca da Educação Inclusiva”<sup>2</sup>. Em janeiro de 2005, o referido Projeto foi assumido e ampliado

---

<sup>1</sup> Tese orientada pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Leila Regina d’Oliveira de Paula Nunes



pela Pró Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEAC), passando a ser denominado: “A UEPB em busca da Educação Inclusiva<sup>3</sup>”, o qual, no ano de 2006, foi transformado no Programa de Tutoria Especial<sup>4</sup>, por meio da Resolução/UEPB/CONSEPE/013/2006.

O mencionado Programa foi pensado para prestar atendimento pedagógico individualizado, por intermédio de tutores especiais, aos estudantes da UEPB que apresentam deficiência física, intelectual, auditiva, visual e múltiplas, doravante denominados de tutorandos. Conforme, o artigo 14 da Resolução/UEPB/CONSEPE/013/2006 os tutores especiais possuem como atribuições:

I-Auxiliar o aluno com necessidades especiais em tarefas pedagógicas e científicas. II-Auxiliar o aluno com necessidades especiais em trabalhos práticos e experimentais. III-Ajudar e orientar o aluno com necessidades especiais em seus estudos e trabalhos teóricos e práticos (UEPB, 2006).

No cotidiano do Programa, a metodologia utilizada pelos tutores especiais no acompanhamento pedagógico dos seus tutorandos vem ocorrendo através de diversas ações construídas a partir das demandas apresentadas pelo cotidiano. O atendimento individualizado ao aluno surdo prestado pelo Tutor Especial vem se dando através de ações como: tradução dos conteúdos em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), apoio para a aprendizagem e utilização desta Língua; facilitação da comunicação entre esse aluno e os seus professores, apoio na construção e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso. No que diz respeito ao acompanhamento do aluno com deficiência visual, Ramalho & Carneiro (2008) descrevem como atribuições do Tutor Especial: gravação de textos didáticos e de aulas, que depois são entregues ao tutorado, transcrição e digitação dos textos gravados, de autoria do próprio aluno especial, facilitação do acesso do aluno às tecnologias assistivas, como no caso da utilização dos *softwares* especiais. Já quanto ao atendimento individualizado aos estudantes com deficiência intelectual ou física, o apoio pedagógico se dá em suas tarefas acadêmicas, dependendo da demanda apresentada pelos referidos estudantes.

## 2. A METODOLOGIA DA PESQUISA

---

<sup>2</sup> De minha autoria e coordenação.

<sup>3</sup> De minha autoria e coordenação.

<sup>4</sup> Coordenado de julho de 2006 a dezembro de 2007 por minha pessoa; de janeiro de 2008 a janeiro de 2009 pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Aparecida Barbosa Carneiro (então Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários) e a partir de fevereiro de 2009 pela Prof<sup>a</sup>. Ms. Cleônia Maria Mendes de Sousa (DSS).





A investigação que executamos foi do tipo exploratória, assumindo a forma de estudo de caso. A mesma foi desenvolvida utilizando as abordagens quantitativa e qualitativa, uma vez que realizamos uma pesquisa com informações e dados quantitativos e na sua análise fazemos uso da dimensão qualitativa. Para Martinelli (1999),

a pesquisa qualitativa pode pressupor, em alguma medida, a quantitativa. O fato de ser qualitativa não implica a descaracterização ou exclusão da outra modalidade. Por isso é que podemos até ter uma pesquisa qualitativa que decorra de uma quantitativa (p. 25).

Segundo Richardson (1999), em alguns momentos as técnicas qualitativas e quantitativas possuem aspectos que se apoiam e que se complementam, permitindo uma melhor execução para ambas. Assim, se percebe a falsa dicotomia existente entre ambos os métodos, a qual deve ser cotidianamente superada pelos pesquisadores.

A citada pesquisa teve como objetivo geral avaliar o Programa de Tutoria em relação às suas contribuições, enquanto modalidade de atendimento pedagógico individualizado, para a permanência e o bom desempenho acadêmico dos estudantes da UEPB com deficiência no ensino superior. A partir desta finalidade, a investigação teve como objetivos específicos: apreender a dinâmica do Programa de Tutoria Especial; descrever a percepção dos estudantes com deficiência, tutores, professores e coordenadora do citado Programa quanto ao seu funcionamento e avaliá-lo quanto às ações que vêm sendo realizadas para a permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior e o seu desempenho acadêmico.

Os procedimentos da coleta de dados foram a análise de documentos, a aplicação de questionários, a realização de entrevistas e a promoção de sessões de observação em salas de aula para verificar a dinâmica entre dos tutores, seus tutorandos e os professores dos cursos de graduação. Na pesquisa documental analisamos os documentos acerca do Programa de Tutoria. Com a aplicação dos questionários construímos a caracterização socioeconômica dos estudantes com deficiência, no momento anterior à realização da entrevista. Já nas entrevistas proporcionamos um momento recíproco de troca de conhecimentos, de experiências e, conseqüentemente, de aprendizagem. Em especial, fizemos uso da entrevista semiestruturada como facilitadora de abertura, de ampliação e de aprofundamento da comunicação. A referida técnica foi realizada através de perguntas básicas em torno do tema investigado, as quais foram gravadas e transcritas *verbatim*.

A presente investigação teve como *locus* de pesquisa a UEPB, instituição pública estadual de ensino superior. O histórico da referida instituição revela que a mesma foi criada, a princípio,



pela Lei Municipal Nº 23, de 15 de Março de 1966. Em 11 de abril de 1966, foi criada a Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNE), que tinha como objetivo manter a Universidade Regional do Nordeste (URNe). A URNE, em março de 1968, por meio da Lei 201/68, em seu artigo 03, deixou de ser uma autarquia municipal, passando a ser uma fundação de direito público. Em 25 de julho de 1973, a URNe recebeu, pelo Decreto Federal nº 72.539, a autorização para o seu funcionamento, passando, assim a funcionar de forma oficial. Por intermédio da Lei nº 4.977, de 11/10/1987, a URNe é estadualizada, recebendo a atual denominação de UEPB. Com isso, a FURNE foi desativada, sendo recriada no ano de 1994, na condição de Fundação Universitária de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (LUIZ, 2010). Passados nove anos da sua estadualização, a UEPB conquistou em 1996 o seu reconhecimento oficial pelo Conselho Nacional de Educação. Por último, com a Lei nº 7.643, 06/08/04, sancionada, apenas em 2005, pelo então governador do Estado da Paraíba, a UEPB conseguiu conquistar, como resultado de um trajeto de várias lutas, o desejado projeto da sua Autonomia Financeira, integrando, atualmente, um total de oito *campi*.

Assim, diante do seu amplo leque de espaços institucionais, elegemos como critério para a escolha do campo específico da investigação os cursos de graduação do seu campus I, situado no município de Campina Grande (PB), que, no ano letivo 2009.2 (período do início da pesquisa de campo), possuíam estudantes com deficiência atendidos pelo Programa de Tutoria Especial. Assim, após levantamento realizado junto à coordenação do referido Programa, constatamos que tais cursos eram em número de sete: Pedagogia, História, Filosofia, Comunicação Social, Serviço Social, Direito e Física.

As entrevistas ocorreram nos meses de dezembro de 2009 a maio de 2010, novembro e dezembro de 2010 e junho de 2011, visando a obter a avaliação do Programa de Tutoria Especial pela ótica dos diversos atores envolvidos no referido serviço da UEPB, o grupo de sujeitos ficou formado por vinte e seis pessoas, distribuídas da seguinte maneira: sete estudantes com deficiência; nove tutores especiais; uma colega colaboradora; oito professores e uma coordenadora do Programa de Tutoria Especial.

Nas observações, que se deram durante os meses de novembro e dezembro de 2010 e junho de 2011, com a finalidade de coletar informações mais aprofundadas do cotidiano do Programa de Tutoria Especial, procedemos, então, de maneira específica, ao estudo de caso de estudantes do Programa de Tutoria Especial. Na seleção da amostra para este estudo de caso, privilegiamos dois estudantes escolhidos dentre os sete usuários do Programa de Tutoria Especial que participaram das entrevistas; pois procuramos contemplar um aluno por tipo de deficiência presente na amostra das





entrevistas. Assim, elegemos Gabriela (nome fictício), aluna com deficiência visual, e Pedro (nome fictício), aluno com surdez; ficando excluído o aluno com deficiência intelectual, que cancelou sua matrícula devido à transferência de domicílio para outro Estado da Federação, fato este que trouxe limitações ao estudo. Assim, nessa etapa da realização das observações, os sujeitos escolhidos foram em número de sete, assim distribuídos: Dois estudantes com deficiência; dois tutores especiais; uma colega colaboradora e dois professores.

De posse dos dados coletados, iniciamos o procedimento de seu agrupamento e análise. Nesse momento utilizamos a técnica de análise de conteúdo, que segundo Bardin (2009),

é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (p. 33).

O agrupamento dos dados das entrevistas se deu a partir da leitura das entrevistas por segmentos de sujeitos e da identificação dos aspectos a serem trabalhados. A análise dos dados colhidos nas entrevistas foi realizada por intermédio da avaliação do Programa de Tutoria Especial feita pelos diversos segmentos participantes da pesquisa. No agrupamento dos dados das sessões de observações na sala de aula e nas sessões do atendimento pedagógico do Programa de Tutoria Especial nos utilizamos dos Quadros de Agrupamento de Dados para organizar as informações coletadas de acordo com o tipo de aspecto observado.

### **3. PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA E SUA DISCUSSÃO**

Diante dos principais achados da investigação, levantamos a tese de que o Programa de Tutoria Especial da UEPB é um tipo de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no ensino superior, mesmo que sem o reconhecimento oficial dessa terminologia por parte da própria IES. Porém, com características e adaptações peculiares, isto é ele se dá de forma diferenciada do AEE criado para a educação básica.

O AEE, inicialmente garantido na Constituição Federal Brasileira de 1988, ratificado pelo ECA/1990 e pela LDB/1996, foi reafirmado na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, tendo “como função identificar, elaborar e organizar



recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2010a, p. 21). Este atendimento é tido como um trabalho não substitutivo aos das classes regulares, diferenciando-se da escolarização. Nessa direção, Fávero et al (2007) afirmam que o AEE inclui atividades, como:

Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); interpretação da LIBRAS; ensino de Língua portuguesa para surdos; código Braille; orientação e mobilidade; utilização do soroban; as ajudas técnicas, incluindo informática adaptada; mobilidade e comunicação alternativa/aumentativa; tecnologias assistivas; informática educativa; educação física adaptada; enriquecimento e aprofundamento do repertório de conhecimentos; atividade da vida autônoma e social, entre outras (p. 29).

O AEE pode ser realizado tanto nas escolas regulares, como nas instituições especializadas, por meio das Salas de Recursos Multifuncionais, que são espaços organizados com mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento aos estudantes público alvo da educação especial, em turno contrário à escolarização desses para que, exatamente, possam frequentar as salas de ensino regulares.

Na pesquisa que realizamos, como mencionamos anteriormente, levantamos a tese de que o Programa de Tutoria Especial da UEPB é um tipo de AEE no âmbito do ensino superior. Porém, apenas com algumas diferenças do modelo de AEE da Educação Básica pensado pelo MEC.

A primeira diferença encontrada é que enquanto o AEE da Educação Básica é ofertado para o atendimento de “estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino regular”, conforme prevê o artigo 1º do Decreto nº 6.571 de 17/09/2008, as sessões de assistência pedagógica do Programa de Tutoria Especial da UEPB são oferecidas, segundo a Resolução de criação do citado Programa, especificamente aos estudantes com deficiências física, intelectual, auditiva, visual e múltipla.

Um segundo aspecto que diverge é que enquanto o AEE da Educação Básica pode ser realizado tanto nas escolas regulares, como nas instituições especializadas, ambos nas Salas de Recursos Multifuncionais, as sessões de assistência pedagógica individualizada do Programa de Tutoria Especial não ocorre, necessariamente, na Sala de Educação Especial da UEPB; mas, também, nas dependências de cada curso atendido pelo Programa ou em outros espaços, conforme a comodidade do aluno com deficiência e do seu tutor.

O terceiro ponto divergente é que o AEE da Educação Básica deve ser realizado por um professor capacitado que saiba lidar com as especificidades dos estudantes alvo da educação especial e com o apoio de uma equipe de profissionais especializados. Já as sessões de assistência





pedagógica do Programa de Tutoria Especial da UEPB são realizadas pela figura de um (a) tutor (a) Especial, que, segundo o artigo 2º da Resolução nº 013 do CONSEPE/UEPB, atua “sob a orientação e supervisão de um professor determinado pela PROEAC” (UEPB, 2006).

Uma quarta distinção identificada é que o AEE da Educação Básica desenvolve atividades que se diferenciam daquelas que são executadas na sala de aula comum. Já as sessões do atendimento pedagógico individualizado do Programa de Tutoria Especial da UEPB incluem, prioritariamente, ações pedagógicas, que apoiam os estudantes nas atividades inerentes ao seu processo acadêmico na sala de aula comum, tais como: execução de tarefas pedagógicas e científicas, trabalhos práticos e experimentais, estudos e trabalhos teóricos e práticos; assim expressos no artigo 14 da Resolução nº 013 do CONSEPE/UEPB. Inclusive, no momento das entrevistas, o tutor Fernando (nome fictício) comparou o trabalho da Tutoria a uma aula particular por fora da universidade.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante de todo o exposto, percebemos que este modelo de AEE no ensino superior, desenvolvido pela UEPB por intermédio do seu Programa de Tutoria Especial, apresenta características originais por ter sido construído a partir da própria experiência vivenciada com seus estudantes com deficiência.

Segundo pesquisa de Raposo (2006), a UnB também desenvolve o Programa de Tutoria Especial como um serviço de apoio ao estudante que apresenta necessidades educacionais especiais. Porém, o mesmo foi criado em 2007 pela Resolução/UnB/CONSEPE/010/2007 (Cria o Programa de Tutoria Especial – PTE-, normaliza o apoio acadêmico a estudantes com necessidades especiais e dá outras providências).

Assim, o Programa de Tutoria Especial da UEPB se torna um serviço pioneiro dentre as IES do país, o qual, poderá servir como uma proposta a ser socializada com as demais universidades que ainda não ofertam tal serviço, uma vez que que o MEC, por meio da Secretaria de Ensino Superior (SESU), ainda não apresentou para as IES brasileiras uma política específica de atendimento especializado aos estudantes com deficiência matriculados no ensino superior.



## 5. REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70/LDA, 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, Brasília, 2011. Disponível : <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 18/08/2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Marcos político-legais da educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2010a.

DANNA, Marilda Fernandes; MATOS, Maria Amélia. **Aprendendo a observar**. São Paulo: EDICON, 2006.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luísa. de Marillac P.; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Atendimento educacional especializado: aspectos legais e orientações pedagógicas**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

LUIZ, Janailson Macêdo. **Luz para sua gente e para sua terra: notas sobre a história da UEPB**. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

RAPOSO, Patrícia Neves. **O impacto do sistema de apoio da Universidade de Brasília na aprendizagem de universitários com deficiência visual**. 2006. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

RAMALHO, Maria Noalda, SOUSA, Cleônia Maria Mendes de. O Programa de Tutoria Especial da Universidade Estadual da Paraíba. In: CARNEIRO, Maria Aparecida Barbosa, SOUZA, Maria Lindaci Gomes de, FRANÇA, Inácia Sátiro Xavier de (Orgs.). **Extensão universitária: espaço de inclusão, formação e socialização do conhecimento**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

\_\_\_\_\_; CARNEIRO, Maria Aparecida Barbosa. A inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais na Universidade Estadual da Paraíba: aspectos dessa experiência. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 18, p. 110-116, jul./dez. 2008.

RICHARDSON, Robert Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

UEPB. Universidade Estadual da Paraíba. **Resolução/UEPB/CONSEPE/013/2006**. Cria o Programa de Tutoria Especial no Âmbito da UEPB. Campina Grande, 2006.

UnB. Universidade de Brasília. **Resolução/UnB/CONSEPE/010/2007**. Cria o Programa de Tutoria Especial (PTE), normaliza o apoio acadêmico a estudantes com necessidades especiais e dá outras providências. Brasília, 2007.